

# Medicina: a ensurdecidora verdade

Isabel Capelo Gil

A abertura de um novo ciclo de Mestrado Integrado em Medicina na Universidade Católica Portuguesa irá seguramente acontecer porque se trata de uma formação necessária para o país. A explicação é simples: é necessária para reforçar o sistema de saúde, que na próxima década poderá ficar dependente de contratações não-nacionais retirando capacidade ao país, à medida que populações mais envelhecidas e com maior esperança de vida necessitam de mais cuidados. Mas é também necessária porque o país não se pode dar ao luxo de desperdiçar talento, obrigando-o a buscar formação no exterior e porque queremos poder controlar a qualidade da formação dos médicos que aqui trabalham. E é relevante pelo valor acrescentado que traz para Portugal, criando valor no país, com impacto real na economia do conhecimento num projeto privado, sem intervenção de subsídios do Orçamento do Estado. A questão, afinal, é ter a coragem de decidir agora o que a saúde dos portugueses obrigará a decidir daqui a 10 anos.

A UCP estuda há 30 anos a criação de uma Faculdade de Medicina e avançará com prudência, segurança e com o compromisso de qualidade que o país lhe reconhece, para inaugurar um novo curso de Medicina que a Comissão de Avaliação instituída pela A3ES considera ter um modelo curricular 'exem-

plar', com um corpo docente com as qualificações académicas e científicas adequadas e um excelente rácio docentes/discentes. Apesar dos pontos fortes que apontou ao projeto da UCP, a Agência de Acreditação do Ensino Superior decidiu respaldar-se em argumentos retirados sobretudo do parecer — *soit disant* não-vinculativo — da Ordem dos Médicos para barrar qualquer possibilidade de acreditação. E fê-lo em três andamentos: uma leitura deliberadamente errada da proposta, ao afirmar, por exemplo, que faltariam horas letivas atribuídas e pouco contacto clínico, ou que a UCP não teria investigação na área. Na verdade, tudo isto é objetivamente falso. A UCP possui três centros de I&D na área das ciências básicas e saúde, dois deles centros FCT avaliados com excelente classificação, e está em vias de criar mais um. Por sua vez, todo o argumentário sobre as horas de contacto clínicas baseia-se numa leitura equivocada feita no relatório da OM. O segundo andamento, e fundamento básico da questão viola com estrondo o princípio da leal concorrência, afirmando a Agência que o curso seria uma oferta formativa adicional e poria em causa 'a formação já avaliada e acreditada lecionada nas instituições mais próximas' 'com particular intensidade na competição pela colocação dos estudantes em internatos clínicos'. E em apoteose final, o terceiro andamento ataca a UCP pela incapacidade de responder a algo que está completamente fora da sua capacidade de intervenção, ou

seja, 'garantir a colocação dos estudantes em internato clínico', um processo que é gerido, após a graduação, pela Ordem dos Médicos, e ao qual se candidatam anualmente estudantes com formação feita fora de Portugal e/ou licenciados em Medicina oriundos de muito outros países da União Europeia.

Não interessa que este projeto seja feito em parceria com uma das melhores escolas de Medicina da Europa, a Universidade de Maastricht, cujos cursos — de currículo idêntico ao da Católica — estão acreditados sem restrições pela sua congénere holandesa; que tal projeto tenha como parceiro clínico um grande grupo de saúde privado, onde aliás fazem formação estudantes das escolas estatais; que a qualidade, afinal, esteja garantida.

Os fundamentos essenciais esgrimidos pela A3ES para reprovar o projeto revelam notório abuso das competências de uma Agência que tem como função avaliar a qualidade e não regular a concorrência ou colocar exigências que extravasam o escopo da avaliação e têm como único objetivo impedir, independentemente da qualidade do projeto, a possibilidade da existência de ensino não-estatal de Medicina em Portugal.

Porque a razão esgota-se perante uma entidade ultramontana, que olha para as universidades como escolas de província que formam para a região, gerindo o sistema de acordo com os seus ódios e amores. Mais uma vez, como diz o poeta, adia-se Portugal... e certamente os portugueses.